



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 2ª Sessão Ordinária / 29 de setembro de 2020

PREÂMBULO

---Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte realizou-se, pelas vinte e uma horas, nas instalações do **Centro Social de Belém**, a **2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2020**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----**Ponto 1** – Intervenção do público;

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e votação da ata da reunião de 23-06-2020; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e votação da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e ratificação do relatório de avaliação do projeto socioeducativo do ano letivo 2019/2020; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação do projeto socioeducativo do ano letivo 2020/2021; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Programa “Escola com Voz”; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família 2020/2021;

---**Ponto 9** – Apreciação e ratificação do protocolo de colaboração do projeto rádio comunitária da Rádio Miúdos; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do acordo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas; -----

---**Ponto 11** – Apreciação e ratificação do protocolo com a Escola de Ténis do CIF; -----

---**Ponto 12** – Aceitação de donativos; -----

---**Ponto 13** – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

---A sessão foi presidida por Luís Branco da Silva (PSD), e secretariada por Verónica Carvalho (PSD), Primeira Secretária, e Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---José Alberto Pascoal (PSD)-----

---Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD)-----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---- Maria Judite Oliveira Cristas Macieira Fragoso (CDS-PP)-----

---- Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Maria Teresa Mourão de Almeida (PS)-----

---- António Óscar Rio Machado Rodrigues (PS)-----

---- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues (PS)-----

---- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: José Manuel Marques de Matos Rosa
(P S D)

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- Ana Valente (Munícipe) ---

O meu nome é Ana Valente, sou Presidente da Associação de Pais da Escola Moinhos do Restelo, e gostaria de colocar duas questões.

A primeira: nas últimas semanas, temos tido reuniões com a Direção da Escola, com a Dra. Helena Lencastre, com a coordenação das AAAF's e das CAF's, e depois de ultrapassados os obstáculos iniciais ao normal funcionamento da escola e aplicação do plano de contingência, fomos surpreendidos com a recusa, por parte da Junta, em cumpri-lo, não contratando uma pessoa para ficar no portão do Jl. Assim sendo, vimos perguntar o por quê desta recusa em cumprir o plano de contingência, que é uma salvaguarda da proteção das crianças e dos funcionários da escola. Perguntamos se é uma questão financeira, se não têm pessoal que possa assegurar uma reorganização interna dos recursos humanos. Atenção que estamos a falar de um monitor para assegurar o portão, das oito às nove, e das quinze e trinta às dezassete e trinta, visto que depois desta hora, o número de crianças reduz bastante. Neste momento, as entradas e saídas estão a ser feitas por um único portão, que gera aglomerados de pessoas e dificulta o fluxo de entradas e saídas – como também vocês já sabem.

Aguardamos uma resposta sobre este assunto e apelamos à sensibilidade da Dra. Helena Lencastre, no sentido de refletir sobre o não cumprimento do plano de contingência e sobre a forma de corrigir esta situação.

Uma outra questão que gostaríamos de abordar tem a ver com o espaço público exterior à escola. Enviámos uma proposta ao Sr. Presidente, Dr. Fernando Rosa, sobre a necessidade de uma zona desimpedida, ou mais alargada, junto ao portão de entrada da escola, para permitir maior segurança das crianças, dos pais, do restante pessoal da comunidade escolar, ??? especialmente os períodos de entrada e saída da escola – para não falar que este ano temos adicionalmente a questão da Covid, que é preciso garantir o maior distanciamento físico possível nas zonas de eventuais aglomerados, e este é o caso.

Atualmente, estão sistematicamente estacionados carros à porta da escola, chegam a ocupar parte do passeio – que se já é reduzido, ainda fica mais reduzido – e a nossa proposta é ??? do passeio para entrada e saída da escola, ou em alternativa, a colocação de baias que impossibilitem o estacionamento de carros nestas zonas.

Pedíamos, então, ao Sr. Presidente que se pronunciasse relativamente a este assunto.

--- Cláudia Moreira (Munícipe) ---

O meu nome é Cláudia, eu sou mãe de uma criança que frequenta o JI dos Moinhos do Restelo, e verifiquei que, de acordo com o plano de contingência do Agrupamento, é suposto as crianças do JI saírem por um portão, um portão que dá acesso direto à sala de aulas, e não pela portaria principal. E o que se tem verificado nas AAAF, que são geridas pela Junta de Freguesia, é que, de facto, isso não está a acontecer – ou seja, as crianças das AAAF estão a sair exatamente pela porta principal, juntamente com as crianças do 1.º ciclo – jardim de infância e 1.º ciclo. Ora, se é suposto haver um esforço para as crianças não contatarem, parece-me que está aqui a haver alguma situação que eu não percebo muito bem. Portanto, agradecia que me esclarecessem porque, de facto, não está a ser cumprido o plano de contingência.

--- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, quero felicitar todos os membros da Assembleia que estão nesta primeira reunião ??? é um grande passo. Peço desculpa desde já por eventuais problemas que possam surgir, é natural, estamos a dar os primeiros passos. Mas, de qualquer forma, não quero deixar de dar os parabéns ao meu colega João Carvalhosa, ??? as novas tecnologias, e a todas as pessoas que o ajudaram a implementar este sistema, para estarmos hoje aqui em segurança, a tratar das questões na nossa Assembleia de Freguesia. Parabéns, e muito obrigado por toda a colaboração dos nossos funcionários que nos ajudaram a implementar hoje este novo sistema. Esperemos não ter muito mais vezes esta utilização, é sempre bom termos público presente, e estarmos o menos afastados possível, a tratar destes assuntos.

Quanto às questões que me foram postas pelo público, antes de mais queria felicitá-los e pedir desculpa pelo que aconteceu, por estas dificuldades.

Quanto à Sra. Ana Valente, Presidente da Associação da Escola dos Moinhos do Restelo, foi uma situação, que eu tive conhecimento dela há muito pouco tempo, há poucos dias. A minha colega Helena Lencastre está ausente de Lisboa – por motivos também de saúde, não está cá presente hoje. De qualquer forma, tive ocasião de trocar algumas palavras com ela sobre esta matéria. Há um plano de contingência de que fazem parte várias entidades, em que a Junta também faz parte – por vezes parece que a Junta é a única entidade a acompanhar tudo, mas há várias partes. Bem sei que isto é uma situação que diz respeito ??? só às CAF's, não está fechado, estamos a ver o que é que se pode fazer.

É evidente que há sempre uma questão financeira, estamos a mexer em dinheiros públicos, desculpem lá, há sempre uma questão financeira: se eu posso gastar X numa coisa, não vou gastar mais; é melhor gastar numa coisa que não é tão cara, e que cumpre os mesmos objetivos. Obviamente que a segurança tem de estar sempre em primeiro lugar, não pomos isso em causa. Também há uma questão financeira, de tentar gerir, porque estamos a gerir dinheiros públicos, estamos a tentar resolver isto o melhor possível.

Tomei aqui a devida nota destas horas, eu vou ver o que é que se passa, com a minha colega da educação, ver se estamos em falta, ou se estão mais elementos para implementar este plano de contingência em falta, e de uma forma objetiva, vou ver o que é que se passa, para tentarmos resolver isto o melhor possível. Como vos disse, eu tive conhecimento disto há dois dias, as assessoras da Sra. Vogal da Educação vieram falar comigo para me dar conhecimento desta situação, depois falei com a Sra. Dra. Helena Lencastre, para me dar mais algumas informações.

Naquela parte do espaço público exterior à escola, já tinha conhecimento, nós estamos a fazer intervenções naquela zona, até fizemos um parque de estacionamento, mesmo aí nessa zona, que vem facilitar o acesso à escola, na Rua Rodrigo Reinél. Portanto, eu não percebo esta urgência neste espaço público, na medida em que temos lá um novo parque de estacionamento, que foi feito pela Junta de Freguesia, e que dá também apoio e acesso a esta escola. Mas, prontifico-me para ir lá ver o local.

A D. Cláudia Moreira, a questão de que está a falar, são situações do Pelouro da Educação, vamos ver o que é que se passa. Por acaso está a dar-se hoje ??? porque acabou a obra na Escola da Praça de Belém – finalmente acabou, a obra está finalizada, estão a ser dados os últimos retoques.

E também faz hoje sete anos que entrou em funções a nova Junta de Freguesia de Belém – 29 de setembro de 2013, sete anos. Estamos todos de parabéns, iniciámos funções nesta nova freguesia de Lisboa.

Mas, portanto, vamos ver o que é que se passa, é a única coisa que posso dizer neste momento, sem demagogia, com objetividade. Obviamente, pensando sempre na situação financeira, porque são dinheiros públicos que estão em jogo, mas também, fundamentalmente, tendo em conta a situação de segurança também das nossas crianças que estão na Escola dos Moinhos do Restelo. Portanto, vamos ver o que é que se passa.

--- Gonçalo Matos (Munícipe) ---

Começar por agradecer e saudar o empenho de todos vós em proporcionar, de forma segura e adequada às circunstâncias em que vivemos, a participação do público nesta Assembleia.

Pese embora esta seja a minha primeira intervenção numa Assembleia de Freguesia – e por isso vos agradeço também esta oportunidade – a minha participação cívica e ativa na gestão da nossa cidade (e também da nossa freguesia, claro) tem já um histórico considerável, que certamente alguns de vós já acompanharam, que me conhecem bem.

Apesar do tempo limitado para a intervenção, vou tentar sintetizar os pontos que queremos abordar. Mas, não queria deixar de contextualizar, nesta primeira intervenção formal, que sou fundador e atual coordenador do Grupo Local dos Vizinhos de Belém, que é parte integrante da Associação de Moradores “Vizinhos em Lisboa”. O nosso núcleo de vizinhos é o mais jovem de

todo o Concelho de Lisboa, foi fundado há um ano, iniciou logo a sua atividade, mas foi agora durante a pandemia, em finais de junho, que desbloqueámos várias formalidades pendentes, e desde então temos assumido várias e importantes causas que dizem respeito a todos nós. O nosso empenho e o nosso tempo investido nestas causas é certamente a chave, ou pelo menos uma das chaves para o sucesso que o grupo tem tido, já com mais de mil e oitocentos utentes. Mas, não podemos deixar de reconhecer e aqui deixar um agradecimento muito especial ao Sr. Presidente, Fernando Ribeiro Rosa, ao Dr. João Carvalhosa, ??? e à Helena Abreu, que desde cedo aderiram à “Vizinhos de Belém”, e muitas vezes têm ajudado a esclarecer dúvidas e a resolver equívocos, mesmo perante as situações mais inusitadas, e muitas vezes totalmente fora do seu horário de trabalho, aos fins de semana e feriados, ou para lá da meia noite. Portanto, o nosso sincero muito obrigado. É mesmo isto que significa para nós ser “Vizinho de Belém”, é organizar os cidadãos interessados em trabalhar construtivamente com as Autarquias Locais, em especial a Junta de Freguesia, ajudando-as a cumprir a sua missão com a legitimidade que todos nós queremos que tenham.

Vou centrar-me, telegraficamente, em três temas muito concretos – o primeiro, mais complexo, e os dois últimos, muito simples.

O primeiro, então, relativamente ao Largo dos Jerónimos e à Rua de Belém: todos nós sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa apresentou, há seis anos, o Programa “Uma praça em cada bairro”. Deste programa, entre as trinta praças contempladas, constava o Largo dos Jerónimos e a Rua de Belém – aliás, essa intervenção, no âmbito de “Uma praça em cada bairro”, seria, no fundo, a primeira fase de um grande projeto de requalificação de toda a área monumental de Belém, e seria seguida da requalificação da Praça do Império. Inicialmente, estava prevista a conclusão da obra em 2020, mas, entretanto, surgiu a pandemia, e a Câmara Municipal de Lisboa apresentou, no âmbito da transformação do espaço público, uma intervenção dita “*pop up*” para este mesmo local, que previa o seguinte – e vou citar: *“supressão de todo o estacionamento sul na Rua de Belém, para pintura de área pedonal, de cor azul clara, com tinta acrílica, para estadia e piquenique; colocação de quarenta floreiras e trinta bancos individuais no betuminoso; colocação de anfiteatro em madeira no Largo dos Jerónimos, a decorar por artista plástico com arte urbana; supressão de todo o estacionamento no Largo de acesso ao Jardim Botânico Tropical para descompressão do acesso; colocação de ??? bicicletas partilhadas, num local de paragem BUS, que será deslocada do Largo para a Rua dos Jerónimos.”*

São estes os pontos. No *site* da Câmara, ainda consta um projeto para esta intervenção “*pop up*”, mas parece que não avançou – aliás, a Junta de Freguesia adjudicou uma empreitada para alargamento dos passeios, numa pequena área da Rua de Belém, que colide, por assim dizer, com esta intervenção “*pop up*”.

Ora, segundo a Câmara Municipal de Lisboa, esta intervenção não avançou por falta de consenso. E portanto, dada toda esta situação, gostaríamos de colocar duas questões muito diretas. A primeira, em relação à intervenção “*pop up*” com tintas e floreiras: foi a Junta de Freguesia de Belém que se opôs a esta intervenção? Se sim, opôs-se totalmente, ou apenas a

alguns dos pontos? Segunda e última questão: a Junta decidiu avançar com o prolongamento definitivo do passeio a suas expensas – enfim, com um CDC cofinanciado pela Câmara Municipal de Lisboa – porque recebeu alguma previsão nova para a conclusão do projeto “Uma praça em cada bairro”, ou foi por outro motivo?

Depois, os dois temas muito breves. O segundo tema resume-se a uma questão muito simples: como é que a Junta de Freguesia de Belém tem tirado partido do sistema da aplicação “A minha rua”? Muitas vezes, temos visto ocorrências a serem encerradas sem estarem efetivamente resolvidas – como por exemplo, ontem, a reparação da calçada à portuguesa junto à Rua de Santo António – e por outro lado, temos ocorrências que permanecem abertas por mais de um ano, sendo que, em alguns casos, já estão resolvidas há muito tempo, e em outros, permanecem por resolver. Será que ??? de acesso direto a esta plataforma para uma gestão das ocorrências em tempo real? É que esta é uma ferramenta que pode ser vital – e é vital, efetivamente – à gestão das ocorrências na freguesia, e tudo depende do partido que tiremos dela.

Terceiro – e estou mesmo a terminar – queria apenas fazer o ponto da situação em relação à questão que foi agora discutida na moção apresentada, relativamente à petição que promovemos contra a ocupação do parque de estacionamento nas Torres do Restelo, na Rua Gregório Lopes. Atualmente já temos quinhentas e setenta e sete assinaturas. E portanto, o nosso apelo, não obstante a luta que travaremos junto do Ministério da Administração Interna, da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Municipal de Lisboa, é que tudo aquilo que se possa fazer para agilizar o diálogo entre estas várias entidades será vital para o sucesso desta causa, que é nossa, é da freguesia, é de todos os moradores, e é de todos os interessados na área.

--- Nuno Almeida (Municípe) ---

Antes de mais, também agradecer a oportunidade e congratular a Junta de Freguesia por esta iniciativa nova, e pela utilização destas tecnologias. Com o atraso que houve hoje, que não desanime a Junta, porque é normal, foi a primeira vez, e é uma ferramenta muito útil para todos.

Eu tenho só um ponto, que é um ponto que me tem levado a comunicar com a Junta, com a Câmara e com outras entidades, que é a falta de qualidade de vida dos moradores da nossa freguesia, devido ao estacionamento abusivo em cima dos passeios, que impede a circulação pedonal dos transeuntes, dos locais, e que, nesta matéria, a Junta de Freguesia não tem feito o seu papel, que era de criar uma solução, seja ela qual for. Pessoalmente, tenho-me envolvido já há algum tempo nesta causa; através desta minha envolvência, proporcionou-se uma reunião agora, em junho ou julho, entre a Câmara e a Junta, de onde supostamente saiu uma solução híbrida, que iria utilizar parte dos passeios, que não era, de todo, a solução desejável, mas que foi uma solução que já em tempos a Junta, pelos vistos, colocou junto da Câmara.

Não obstante, dentro dos *timings*, ficou prometida na reunião a entrega da proposta da Junta, os *timings* foram cumpridos, mas a proposta não foi entregue nas condições técnicas corretas. Eu

venho advertir a Junta disso, referindo que a proposta que a Junta faz à Câmara não é uma proposta que me agrade a cem por cento, não acho que agrade a todos os fregueses a cem por cento. Não obstante, avisar a Junta que da forma como a proposta foi posta, não pode ter o apoio da Câmara, porque não tem competência técnica, nem o desenho técnico suficiente para ser analisada.

Não obstante esta situação caótica no bairro – estacionamento em cima dos passeios, seja qual for o bairro, das freguesias da nossa área – no nosso bairro, concretamente aqui no Restelo, é mais gritante, e há estacionamentos livres. Portanto, há uma intenção propositada dos moradores em estacionar em cima dos passeios, para ficarem mais perto das suas casas. Isto, para além da impossibilidade de as pessoas poderem circular nos passeios, é uma despesa enorme, porque vemos os passeios no estado em que vemos – é só passear pelo bairro para se perceber que não há um passeio em condições.

Sobre este tema, tenho acompanhado nas últimas semanas o trabalho dos “Vizinhos de Belém”, que tive oportunidade de constatar mais de perto nas últimas semanas, e parece-me de um nível acima do profissional. Creio haver já alguma relação com os “Vizinhos de Belém” e com a Associação de Moradores do Restelo. E para terminar, solicitava aqui à Junta, na continuação da sua pendência democrática, da sua abrangência em relação à gestão do bairro, que promovesse uma discussão aberta e democrática, em conjunto com os “Vizinhos de Belém”, com a Associação de Moradores do Restelo – que até onde eu sei, são as duas associações em atividade, e que estão dinâmicas – mas, que a Junta promovesse uma discussão aberta e democrática, e que tentasse apurar junto dos fregueses a vontade de termos carros em cima dos passeios, ou não, ao contrário do que a Junta tem feito, que é que para além de ser inativa em relação a qualquer proposta sobre esta matéria, tem-se fechado em si própria, numa solução que é só da Junta, e que com o passar do tempo, cada vez mais é só da Junta.

--- Presidente do Executivo ---

Caros moradores, muito obrigado pela vossa participação, desta forma acrescida, estamos em circunstâncias especiais, como sabem, não é fácil.

E neste momento, dirigindo-me ao Gonçalo Matos, quero também felicitá-lo e dar-lhe os parabéns pelo papel que os “Vizinhos de Belém” têm desempenhado, tem sido um ótimo parceiro, que também puxa muito por nós, é motivador trabalhar com as associações de moradores – não sei se algumas estão legalmente constituídas, ou não, mas o que é certo é que, na prática, com pessoas a trabalhar para o bem comum, tem sido muito desafiante para nós, porque nos ajuda também a definir melhor os nossos caminhos e a estarmos mais atentos a certas realidades que urge, às vezes, satisfazer. Portanto, parabéns, Gonçalo Matos. Temos tido também uns bons encontros.

E sobre essa matéria de que falou primeiramente, “Uma praça em cada bairro”, posso dizer-lhe – porque eu até sou deputado municipal – que nunca, mas nunca, até hoje, fui, de uma forma clara e formal, sensibilizado para alguma matéria sobre esse projeto pela Câmara Municipal de

Lisboa. Bem sei o que está previsto, o que se fala – aliás, posso dizer que existem cerca de três dezenas de projetos para esta zona do centro histórico de Belém, há anos, projetos uns atrás dos outros, e por isso já nem damos muita atenção aos mesmos, porque já sabemos que a maior parte deles morrem por si próprios.

Agora, este “Uma praça em cada bairro”, nunca ninguém falou nesta história das floreiras, e por aí fora. Foram fazendo outros bairros; aqui, falava-se, falava-se, mas nunca isto andou, e não são os pequenos pormenores em algumas zonas, mas eram sempre projetos *ad hoc*. E portanto, nunca fomos confrontados com uma situação clara sobre este projeto “Uma praça em cada bairro”.

Também constava e se falava que queriam fechar a Rua de Belém, onde estão os elétricos, e eventualmente pôr ali esplanadas. Bem, a única entidade que ainda fez alguma coisa sobre isto foi a Junta de Freguesia de Belém – e hoje, no final, já vão ter conhecimento do que temos estado a fazer, sobre a história referente à delegação de competências que a Câmara fez na Junta – fizemos no prazo que estava combinado, de um mês, as duas obras: as obras nos passeios junto aos Pastéis de Belém até ao Largo dos Jerónimos, ali na Versalhes, e um pouco mais, apanhando a Rua da Junqueira, ??? zonas de esplanadas. Essa zona, se ainda foi feita alguma coisa, fomos nós, Junta de Freguesia, com base nesta delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa.

Quanto às questões ???, continuamos a colaborar nesta iniciativa, que é uma *interface* entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Às vezes pode haver uns melhores, outros piores, mas tem sido um instrumento importante para também irmos resolvendo algumas situações que precisam de ser resolvidas, e a Junta é confrontada para tentar ajudar a resolver ???.

Quanto ao parque de estacionamento das Torres do Restelo, hoje temos aqui uma moção, que vai ser votada pelos membros da Assembleia de Freguesia, mas posso dizer-vos que a Junta de Freguesia já fez um comunicado muito claro sobre esta matéria, não vai ficar ???, achamos que a população tem perfeita razão no que está a acontecer, é uma vergonha o que está a acontecer: em vez de fazer mais parques de estacionamento, cortam-se os existentes – ainda na véspera, tinha estado lá a Polícia Municipal a multar carros. Quer dizer, vamos ver se nos entendemos. O próprio Presidente da Câmara disse-me a mim que isto, de facto, não tinha lógica. Quem é que teve esta ideia? Foi a polícia, à revelia da Câmara, e ninguém me disse quem é que deu autorização; eu desconfio de quem foi, mas não quero lançar falsos testemunhos. A Câmara fecha-se em copas, o Presidente da Câmara diz que não sabia de nada, e até utilizou uma palavra, disse que isto não tinha qualquer significado, qualquer sentido. E agora, ficamos com umas situações, vão arranjar aqui mais alguns lugares, para mais uns carros, e tal, ????. Essa situação, já tinha dito ao Sr. Vereador, há dois dias, que para nós, a situação está clara: quer continuar a falar connosco sobre esta matéria, de boa fé, então pedi-lhe uma condição prévia: a retirada imediata da PSP daquelas instalações, devolver aquilo que, pela calada da noite, à revelia das pessoas que estavam fora de Lisboa, foi conquistado à socapa. Para já, tinha que se retirar dali, e a PSP tinha que sair dali – podem sair para Alfragide, para as

instalações que eles têm lá disponíveis, num sítio bastante bom e adequado, ou então, ir ali para perto do ???, até se resolver essa situação da construção da USF. Mas, não nos façam chantagem com a USF do Restelo, ???.

Portanto, neste momento, isto é uma coisa completamente absurda – foi a palavra do Sr. Presidente da Câmara, absurda, que isto era absurdo. Mas, o que é certo é que ??? mas já lá está ??? retiram-se de lá, e depois falamos, é a condição prévia. E não vamos desistir, como na Rua da Junqueira não vamos desistir, e na Estrada de Caselas não vamos desistir. E também não vamos desistir nas instalações da limpeza, que fizeram à revelia da Junta, quer a provisória, quer a nova ??? zona residencial ??? às populações ???. É uma vergonha ???.

Quanto ao Gonçalo Matos, está informado. E posso dizer-lhe que apesar de ser uma reivindicação da sociedade civil, a petição, obviamente que a apoiamos, e até a pusemos no nosso *Facebook*, essa informação, para quem quiser poder subscrever. Realmente, merece o total apoio da Junta de Freguesia, esta petição da população da Freguesia de Belém.

Quanto ao Sr. Nuno Almeida, também conhecido por todas as iniciativas que tenta tomar, como cidadão, eu acho que também é importante, e obrigado pelas felicidades que nos dirigiu, por esta iniciativa do *Zoom*.

Agora, há aqui uma declaração de interesses que eu quero fazer rapidamente: eu vivo no Bairro do Restelo, ??? e tenho dois lugares para estacionamento dentro de casa ???. Não tenho piscina nenhuma lá, tenho dois carros ???. Na Rua ??? rua grande, nós estamos a pensar fundamentalmente nas ruas pequenas, em que não se consegue estacionar carros, e apenas da Rua Soldados da Índia até à Rua ???. ??? o projeto que entregámos ??? um pouco mais, a Rua Francisco de Almeida, que tem a ver com a parte da D. Francisco Xavier, depois da Avenida da Torre ??? até à Rua Soldados da Índia. Na Rua Soldados da Índia ??? sem estar em cima do passeio. A Rua D. Cristóvão da Gama ??? lugares para estacionar, e fizemos esse estudo, que apresentámos, ficava um metro e vinte de passeio para as pessoas passarem – pode passar um carrinho de bebé, pode passar um deficiente, dá para passar. Repito, provisoriamente, enquanto não houver condições de pôr aquilo de uma forma mais definitiva – por exemplo, poder estacionar com duas rodas em cima do passeio.

??? esta proposta, conjugando dois ???: que o ótimo é inimigo do bom, ??? possível, não há dinheiro disponível para essa situação, a situação é caótica ???. E portanto, a nossa proposta era pôr um sinal a permitir o estacionamento só com duas rodas em cima do passeio, deixando um metro e vinte de distância. Há espaço para isso, ??? de uma forma definitiva, de se resolver o restante. ??? uma coisa que é muito importante, ser uma Zona 30 – isto é, as pessoas ali não poderem andar a mais de trinta ou quarenta quilómetros à hora. Aquilo é uma zona residencial, ??? não tinham um parque para jogar futebol, jogavam à bola na rua, agora já temos um parque na Rua António Abreu, na altura, um dos pontos considerados críticos ???.

Agora, o que interessa é que nesta questão dos moradores do Restelo, não há aquela questão de que uns são a favor em cima do passeio, outros são contra. Não é nada disso o que se está a passar, ninguém é a favor, e muito menos nós, Junta, de pôr carros em cima dos passeios. Agora, todos nós somos condutores, moradores e peões. E por isso mesmo, as bicicletas são muito importantes – ando muito de bicicleta, até faço trabalho autárquico de bicicleta – mas, as bicicletas não podem, em regra geral, substituir os carros; as bicicletas são complementares às viaturas. Agora, não vamos substituir um carro por uma bicicleta, em princípio, a não ser que trabalhemos perto das nossas residências.

Por isso mesmo, o que nós queremos fazer é melhorar o que existe agora, que realmente está um caos, e desta forma, permitíamnos que os peões pudessem andar nos passeios à vontade, com um metro e vinte, e os condutores ????. Vamos ser realistas, com os pés assentes no chão: uma coisa são as redes sociais ???, outra coisa é perceber como é que se pode resolver os assuntos. Por isso mesmo, eu até posso compreender que toda a gente goste imenso de andar a pé pelo bairro, eu próprio moro ali, mas temos de ter consciência de que também temos carros, não estamos na idade média. E neste momento, o que vos quero dizer, temos um projeto ??? numa reunião que foi marcada pela Câmara Municipal de Lisboa, em que nós estivemos, ??? também uma reunião com o Sr. Vereador da Mobilidade ??? salvo erro, só uma pessoa é que não estaria muito de acordo com esta solução, das duas rodas em cima do passeio, mas como era a única, pronto, lá aceitou. E o projeto foi para a Câmara, estamos a aguardar até agora. Eu vou ser muito sincero, eu não acho que isto vá avançar, porque a Câmara está a arranjar argumentos para continuar isto na mesma. Mas, pronto, nós fazemos o nosso papel, e nós estamos sempre dispostos a contribuir para uma melhoria da situação, e para tentar resolver este problema. Só que fique aqui bem frisado, não há uma dicotomia ????. Nós somos a favor da legalização. Mas, neste momento, é uma situação provisória, as duas rodas. Acho que é melhor do que o que está agora, e depois, quando houver mais dinheiro, e mais tempo, ??? solução. Repito, só entre a Rua Soldados da Índia e a Avenida da Torre, e nestas três ruas – S. Francisco Xavier, Tristão da Cunha e D. Cristóvão da Gama.

PONTO 2 – Período antes da Ordem do Dia

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Relativamente à moção que o PSD e o CDS apresentam, tem a ver com o parque de estacionamento na Rua Gregório Lopes, relativamente ao parque da PSP, de reboque de carros, e com a troca de estacionamento, que passa do sítio onde está, para ficar um pouco mais acima, onde vai impedir o estacionamento dos nossos fregueses.

Moção – “Parque de estacionamento da Rua Gregório Lopes (Torres do Restelo)” (*Anexo 1*).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sobre esta moção, como não tenho conhecimento do texto, e fui agora surpreendido, se me pudessem facultar, para eu poder ler com calma, agradecia.

Colocada a votação, a moção em apreço foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PCP, e com as abstenções do PS. -----

--- Teresa Almeida (PS) ---

Apenas para justificar a razão da abstenção, não retirando a incompreensão, e associando-nos à incompreensão relativamente à ocupação do espaço pela PSP, aparentemente sem se perceber quem autorizou. Mas, entendemos que a forma como a moção está escrita, e conjugando aquilo de que tivemos conhecimento na declaração escrita do Sr. Presidente, que nos fez chegar antecipadamente, e agora até aquilo que foram as suas palavras, Sr. Presidente, parece-me que há aqui um desfasamento relativamente ao que está em causa na moção – a moção aponta sempre para a Câmara Municipal, e para a autorização incompreensível por parte da Câmara Municipal – o Sr. Presidente acaba de dizer que o Presidente da Câmara Municipal também acha a situação incompreensível. Portanto, há aqui um desfasamento, e achamos que a moção, nesse aspeto, não identificou, ou não põe em causa que possa não ser a Câmara Municipal.

E também entendemos que a omissão, neste texto da moção, relativamente à construção da USF, que no comunicado da Junta de Freguesia está referido – aqui, consideramos que está referida a causa por que tudo isto possa ter acontecido; não quer dizer que tenha acontecido bem, mas houve uma causa, uma causa justificada, uma causa que interessa à freguesia, que é a construção de uma Unidade de Saúde Familiar. E portanto, penso que não nos passaria pela cabeça achar que não se devia construir a Unidade de Saúde Familiar porque o parque de estacionamento estava ocupado e não havia alternativa.

Portanto, a razão é uma razão válida, porventura quando terminar a obra, o estaleiro diminui, e até pode haver aqui algum alargamento do espaço disponível. O que achamos é que deve ser, de facto, encontrado um espaço alternativo para o parque de reboques da PSP – porque, efetivamente, não é nenhuma ocupação que interesse à Junta de Freguesia, e há outros espaços que podem ser utilizados – mas, que se encontre primeiro o responsável – e a Junta de Freguesia está em diálogo com a Câmara, com certeza que também estão a fazer esse esforço para encontrar o responsável – e poder haver, de facto, uma transferência e devolver o espaço de estacionamento para os moradores, que concordamos inteiramente que deve ser devolvido, mas não nos termos como está redigida esta moção.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Também queria fazer um comentário relativamente a esta questão, que é o seguinte: esta questão que é abordada nesta moção suscita-nos o seguinte comentário – e o nosso sentido de voto fundamenta-se nesta preocupação: o que nós temos estado a assistir em toda esta zona da freguesia – e que não é apenas ali sobre aquele parque de estacionamento – é um método de planeamento urbano que devia ser travado – em qualquer cidade, mas na cidade de Lisboa particularmente – que é o método do loteamento à peça. Trata-se do parque de estacionamento, trata-se da unidade de saúde, trata-se do posto de lixo, e aquela área, toda aquela área – e curiosamente, o Plano Diretor Municipal tem uma solução para aquela área – e toda aquela

área, que não é apenas aquele núcleo ali, daqueles prédios ali das Torres do Restelo, mas toda aquela área que vai até às bombas de gasolina, quase na Calçada da Ajuda, aquela área precisa de uma intervenção urbanística, precisa de um plano de organização do espaço, de ordenamento das funções, de rentabilização social de todo o espaço que está ali disponível. É isso que faz falta naquela zona da cidade, e naquela zona da freguesia.

E portanto, votamos e acompanhamos as preocupações que foram lançadas aqui pelo PSD e pelo CDS, mas queremos sublinhar esta nossa preocupação: o que falta é um planeamento integrado de todo aquele bloco, que explore todas as potencialidades que todo aquele território tem, para satisfazer as necessidades da cidade, nomeadamente – e sublinhava esta questão – nomeadamente a função habitacional, para ser acessível para pessoas que procuram casa com renda acessível, a função habitacional podia ter ali um peso bastante significativo.

E portanto, a nossa preocupação, e o nosso sentido na abordagem daquela questão, não é focalizar neste problema aqui, ou naquele problema acolá, mas é reforçar junto da Câmara a necessidade de haver uma intervenção integrada de todo aquele território.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Era só para vir justificar aqui o racional do PSD para a moção que apresentou. De facto, o objetivo era o parque de estacionamento, e não o Centro de Saúde, que logicamente todos nós o queremos. E o racional é que é indiferente fazermos o Centro de Saúde, e mudarmos para ali o parque de estacionamento. Na nossa perspetiva, não estão relacionados, não obstante o espaço de um ir ser ocupado pelo outro, mas acho que não tínhamos de fazer essa ligação, como também não fazemos a ligação ??? e acho que é absurdo o local que escolheram, mas também não é aqui invocado; o que é invocado ??? foi com base nisso que nós o mencionámos, não foi com outra intenção, de não comentar o Centro de Saúde. Como também mencionámos a Câmara, porque não foi a Câmara que disponibilizou o atual espaço, este daqui, parece que ninguém sabe quem é que autorizou, mas ??? primeira vez pela Câmara, e pode acontecer que até pode não ter sido a Câmara que disponibilizou aquele espaço. Mas, eventualmente, esta moção poderá ajudar também a que a Câmara tente apurar quem é que deu aquele espaço à PSP para lá colocar.

Era só para explicar o racional, e qualquer intenção de não mencionar aqui o Centro de Saúde.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Eu gostava só de explicar aqui, e transmitir, e expressar que é com uma certa tristeza que vejo – apesar de não ter votos contra – que esta moção não colhe unanimidade. E se eu percebo a posição do Partido Socialista, nomeadamente quanto a que pode haver uma fundamentação, a verdade é que não a conhecemos. Se é verdade que eu percebo, que eu concordo com o Partido Socialista quando diz que uma solução deve ser negociada, a verdade é que nem sequer fomos informados. E neste caso, o que nos motiva aqui não é uma decisão urbanística, ou uma falta de planeamento para aquele local; é a falta de respeito pela Junta de Freguesia de Belém, é a falta de respeito por esta autarquia, que se não é a Câmara Municipal, então que diga quem

é que é, se não é a ???, então que diga quem é, mas é esta falta de respeito perante nós, em representação dos moradores desta freguesia, que nos motiva a fazer esta moção.

O facto de ser cinquenta metros para aqui, cinquenta metros para ali, é uma razão que nós gostaríamos de discutir, mas não discutimos porque não fomos informados. A questão de se a justificação ou a fundamentação é a USF, ou é outra, nós estaríamos abertos a discutir, mas nem sequer fomos avisados. E é esta questão que motiva esta moção que nós aqui apresentámos. E é pena que esta questão, que é uma questão de nos darmos ao respeito institucional como autarquia eleita, que nos motiva, e que apesar de não ter votos contra, não tenha colhido a unanimidade de todas as representações nesta Assembleia.

--- Presidente do Executivo ---

Só para esclarecer aqui uma questão, ??? falado há bocado: eu tenho imenso apreço pessoal pelo Presidente da Câmara, Dr. Fernando Medina – aliás, falámos algumas vezes sobre esta matéria ??? algumas vezes sobre isto. E ele – e não estou a revelar nada do outro mundo, até para ele lhe fica bem – ele disse-me a mim que isto é um absurdo. Eu até acredito que o Presidente da Câmara não tenha sabido, e que outras pessoas – que até posso adivinhar quem é – que outras pessoas ??? tenham querido ??? está feito. Bem sei que não é fácil lidar com a polícia, mas recebe uma ordem do Ministro da Administração Interna, do Primeiro Ministro, vamos ver se nos entendemos. Numa sociedade democrática, a polícia também tem que cumprir as instruções. E há alternativas, que sabemos, em Alfragide, a situação das oficinas da PSP, sabemos que aquilo está lá com espaço para aquele parque. Agora, numa zona nobre destas, acho que é chocante. Mas, estou convencido de que isto foi feito propositadamente, nesta altura, pela calada da noite (entre aspas). E está um facto consumado. E realmente, é o que tem acontecido sistematicamente, nos últimos tempos, é o que tem acontecido aqui na nossa freguesia – aliás, se virem o Boletim que está a ser distribuído hoje, que já está também no nosso *site*, fala nisso, em situações sistemáticas. E nem estou a falar no estacionamento da Rua Alexandre Sá Pinto, que já estava ??? já nem estou a falar na possibilidade de a Avenida Vasco da Gama virar para a Rua D. Cristóvão da Gama ??? nunca mais avança, e que nada avança, do Pelouro da Mobilidade, na freguesia. Eu também imagino por quê ??? não interessa.

Agora, de qualquer forma, o que eu quero explicar aqui às pessoas é que isto foi propositadamente; não é só uma coisa, são várias. Agora, isto, realmente, passou todos os absurdos, como o Sr. Presidente da Câmara disse, e ele estava muito incomodado, porque viu que isto está a ter uma dimensão louca. Isto agora vai uma petição para a Câmara, como sabe, só são precisas cento e cinquenta assinaturas, e já vai em quase seiscentas. Por isso mesmo é que acho estranho ??? esta decisão, ??? acredito que o Presidente da Câmara até esteja a ser sincero quando diz que isto é um absurdo, e que não sabia. Mas, agora, desculpem lá, resolvam isto, deem uma ordem, há a autoridade democrática, para que a PSP saia daqui; vão para Alfragide, ou vão lá para ???, ou ali para aquele parque, em frente ao AquaPark, provisoriamente, enquanto não resolvem isso. Agora, não façam chantagem, que então não se constrói a USF do Restelo, que já sabíamos que isto ia acontecer. E agora, está-me a dizer ???

com três parques ali à frente, eu achei que era um absurdo, e por isso é que eu disse ao Sr. Vereador que acabou a brincadeira; retiram-se, e depois nós falamos. Ponto final, parágrafo.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Primeiro, queria dar os parabéns à Junta, porque tive oportunidade de consultar o *site* e o Boletim, e não tinha ainda manifestado a minha opinião, e dou os parabéns pela funcionalidade, a nível do *site*, e pelo aspeto que tem, dou os parabéns pela alteração que foi feita ao *site* e ao próprio Boletim.

Num segundo ponto, não só aqui como membro do PSD, mas também um pouco a título pessoal, como morador na Rua Diogo de Silves, em que os moradores da Rua Diogo de Silves enviaram uma petição ao Sr. Presidente, relativamente às árvores – que conhecia aqui como mimosas, mas que não são, são as chamadas ???, que dão aquela folha amarela, e que, na Rua Diogo de Silves, estão situadas junto a casas que têm os pátios, e os carros estacionam por baixo. É uma árvore que durante um período do ano deita um líquido branco, em outro período do ano deita uma flor que destrói os carros, é uma flor destrutiva, e que os moradores da Rua Diogo de Silves fizeram uma petição ao Sr. Presidente da Junta, a pedir a substituição daquelas árvores, na medida das possibilidades da Junta, e foi enviada essa petição. O Sr. Presidente já teve oportunidade de responder, mas gostaria – eventualmente pelos fregueses que poderão estar a assistir a esta Assembleia de Freguesia – gostaria que o Sr. Presidente nos desse só uma indicação de como isto poderá ser tratado, ou eventualmente poderá não ser tratado.

--- Óscar Rodrigues (PS) ---

Por aquilo a que assistimos até agora, Sr. Presidente, o tema quente desta Assembleia é o estacionamento. E eu não poderia deixar passar este momento para falar um bocadinho aqui de estacionamento, para comprovar, realmente, que existe uma total incapacidade do nosso Presidente em resolver os problemas de estacionamento na freguesia, principalmente porque a solução apresentada, e aquilo que nos surpreendeu no Boletim da freguesia – que está a ser distribuído hoje, nós recebemos recentemente – é que há aqui um apelo à ilegalidade. Portanto, a solução, para o Sr. Presidente da Junta, é apelar publicamente a que estacionem os carros em cima do passeio, porque é a única alternativa que tem. Todos nós sabemos que os passeios, principalmente no Bairro de Belém, são passeios já estreitos – o Sr. Presidente diz que um metro e vinte é mais do que suficiente para passar um carrinho de bebé; o problema é se passarem dois carrinhos de bebé, se vier um em sentido contrário, o outro vai ter que atravessar a estrada, para o outro lado da rua, porque já não cabe.

Sr. Presidente, os passeios não são para os carros; os passeios são para as pessoas. A cidade é para as pessoas, não é para os carros; os carros são para as estradas. O Sr. Presidente referiu que apresentou aqui uma solução, que discutiu com a Câmara, uma solução para o Bairro do Restelo. O problema do estacionamento que se vive na Freguesia de Belém não é só no Bairro do Restelo; há aqui um conjunto enorme de pontos negros, locais complicados de estacionamento, em que alguma coisa tem de ser feita. A questão de um metro e vinte é daquelas coisas que não lembra ao Diabo; a partir de agora, quando sair à rua, vou levar uma

fita métrica, para medir um metro e vinte, para saber se posso ou não posso estacionar o carro, se posso ou não posso passar.

Depois, as ruas de sentido único no Bairro do Restelo, são ruas de sentido único que têm – e eu já estive a medir – cinco metros e meio de lado a lado. Portanto, podem perfeitamente ter estacionamento num dos lados, e ainda sobra pelo menos três metros de canal de passagem, suficiente para poder ter circulação, e não precisa de utilizar os passeios.

O Sr. Presidente não quer a EMEL na freguesia, não quer, está farto de dizer isso, só que não tem soluções alternativas. A alternativa do Sr. Presidente é estacionar-se em cima do passeio, é preferível à EMEL. Sr. Presidente, para além do Bairro do Restelo, é necessário olhar para a falta e para os problemas de estacionamento do Bairro de Belém, da Avenida da Ilha da Madeira, da Tristão Vaz e da Conselheiro Martins de Carvalho – que agora, com o Continente lá, é sempre uma confusão. A Calçada do Galvão tem estacionamento em cima do passeio, e não são duas rodas, é o carro todo, desde Belém até ????. A Rua Fernão Mendes Pinto, sempre que existe um acréscimo de população a utilizar o Centro de Saúde; a Rua Luís Braille, por causa ali da marisqueira e por causa do ginásio; a Rua Alexandre Sá Pinto, que o Sr. Presidente aqui referiu.

Sr. Presidente, o problema do estacionamento não se resolve com duas rodas em cima do passeio, e não se resolve só no Bairro de Belém; o problema de estacionamento na freguesia é mais grave e mais abrangente.

Depois, aqui tenho que lhe dar os parabéns, depois de umas boas soluções encontradas, quer ali junto aos Altos Estudos Militares, aquele parque de estacionamento, que eu sei que foi obra da freguesia, e com a solução encontrada também no final da Rua Fernão Mendes Pinto, junto a Pedrouços, em que foram criados mais não sei quantos lugares de estacionamento, aquilo que lhe peço é que tome estes exemplos. Existe um conjunto de instituições e de entidades públicas e privadas que, se calhar, têm espaços disponíveis, têm espaços expectantes, e que podem ser aproveitados. Tem que haver mais capacidade real da Junta de Freguesia junto dessas entidades, e olhar para a freguesia como um todo, não só para o Bairro de Belém.

--- Teresa Almeida (PS) ---

O meu colega de Bancada diz que a ordem do dia é o estacionamento, e tem razão, mas eu diria que a ordem do dia também é a questão do início do ano escolar, com as preocupações que aqui nos foram trazidas, e que qualquer um de nós, com certeza, por razões familiares, ou porque está atento aos problemas deste início, com certeza acreditavam que havia aqui um amplo consenso, uma ampla participação de todos os agentes que são convocados para este início do ano escolar – seja o Ministério da Educação, seja os Agrupamentos de Escolas, seja a Junta de Freguesia – que com alguma antecipação pudessem acautelar o início do ano escolar, de uma forma com segurança. Sabemos que é um ano completamente atípico, mas também não fomos surpreendidos, como em fevereiro ou março, em que, efetivamente, ninguém estava preparado; nesta altura, sabíamos os desafios que se colocavam. Penso que foi consensual que a época escolar fosse presencial, que não continuasse a haver a telescola, e portanto, o esforço

deveria ser, de facto, conjugado. E eu penso que as autarquias – seja a Câmara, seja a Junta – nesta fase, e neste tema concreto, não deveriam estar preocupadas se estaria, ou não, a aplicar bem os dinheiros públicos.

Eu tenho assistido, até por razões profissionais, ao grande esforço que foi feito por parte das autarquias para dar resposta à pandemia, com investimentos muito significativos – aliás, uma autarquia, que até é do PSD, e que se tem destacado, o Município de Cascais teve um investimento brutal, muito acima daquilo que seriam as suas diretas responsabilidades para também contribuir para o processo. E portanto, eu não acompanho o Sr. Presidente quando fala que tem de pensar bem, que são dinheiros públicos; acho que qualquer um de nós – e esta Assembleia de Freguesia, com certeza que o acompanha na necessidade de que não haja aqui grandes entraves para aquilo que seja possível, que não haja essa ponderação, se deve ou não deve, acho que é um dinheiro muito bem empregue. Aquilo que é preciso fazer, também não são situações de grande vulto, e achamos que a segurança dos mais novos – e sabemos que apesar do curto período de tempo, já há crianças em casa, já há, de facto, aqui algumas situações – aliás, a nossa colega de Bancada, Fernanda, não está hoje aqui connosco, porque tem um filho com hipótese de ter Covid, teve de ficar em acompanhamento profilático, e portanto, não deve expor-se, não deve sair.

E portanto, sabemos que isto vai ser um processo comum, e portanto, acho que a Junta de Freguesia já devia ter acautelado, essas questões preveem-se. Sabemos que não era possível que tivessem tido alguma atenção relativamente a terem aqui mais um recurso humano, ou terem criado as tais baias, porque embora tenha feito estacionamento, supostamente alternativo, se houver a possibilidade de o carro ir até à porta da escola, os pais levam o carro até à porta da escola, mas nesta altura, acrescidamente à preocupação que deve haver, e deve-se evitar que haja aglomerações à entrada da escola, a Junta de Freguesia poderia colaborar, e acho que não lhe ficaria mal se já o tivesse feito. E daqui da nossa parte, uma recomendação, a que gostava que toda a Assembleia se juntasse, para que, efetivamente, o Sr. Presidente não tenha tantas dúvidas relativamente a poder investir mais um pouco nesta matéria.

E também lhe fazia uma pergunta muito concreta: o Sr. Presidente disse que a Dra. Helena Lencastre hoje não estava presente, e portanto, não estaria aqui para nos esclarecer. Mas, aquilo que eu lhe pergunto em concreto é se a Dra. Helena Lencastre não está de férias. Não é porque eu entenda que a Sra. Doutora não tenha direito às férias, mas se estiver de férias, devia haver alguém a substituí-la na Junta, para que não houvesse uma falta de resposta. Eu só estou a fazer uma questão, se a Dra. Helena Lencastre, nesta altura de início do ano escolar, se efetivamente não está hoje circunstancialmente, ou se está de férias, e quem é que na Junta a substitui nas funções tão importantes, neste momento, que são asseguradas pela Dra. Helena Lencastre.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, com este início de sessão um bocado tumultuoso – compreensivelmente tumultuoso – acumulou-se aqui um conjunto de questões, que eu vou aproveitar este ponto da ordem do dia para colocar.

Um primeiro ponto, inicial, que gostaríamos de colocar, que é sobre a forma de funcionamento da própria Assembleia de Freguesia. O PCP, sem colocar qualquer questão e qualquer reserva a esta nova forma de funcionamento, nós consideramos que, atendendo ao número médio de presenças de público nas Assembleias de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Belém tem perfeitas condições para, nomeadamente nesta sala, garantir, com condições de segurança e de prevenção de saúde pública, normalmente estabelecidas pelas autoridades de saúde, tem todas as condições para garantir a presença física de população. É fácil, os auditórios, os cinemas, os teatros, têm metodologias de organização, de entradas, de saídas, de presenças, que nós aqui podemos utilizar, para um número relativamente circunscrito, obviamente, mas podemos utilizar, com a garantia de todas as condições de saúde e de segurança pessoal necessárias a esta situação.

E portanto, apelamos à Assembleia de Freguesia, ao Presidente da Assembleia de Freguesia, e ao Presidente da Junta, para que considerem esta possibilidade nas próximas sessões da Assembleia de Freguesia, dado que, como sabemos, a coisa não vai ser resolvida tão brevemente.

Um segundo ponto que eu gostaria de colocar é um pedido de informação. Este pedido de informação resulta da leitura da ata da última sessão. Naquela altura, não me apercebi de uma informação que o Sr. Presidente da Junta nos ofereceu, mas que eu agora queria colocar especificamente, e diz respeito às obras nos Moinhos de Santana, isto porque também, numa ou noutra rede social, o próprio Vice-presidente da Junta, João Carvalhosa, também avançou com a informação de que as obras estão para iniciar.

Em primeiro lugar, estranhar o facto de estas obras – e algumas outras que estão a ser informadas nas redes sociais – não serem do conhecimento prévio da Assembleia de Freguesia, e isto resulta de um problema que eu já vou falar mais à frente, de um problema que já é um clássico neste ciclo de Assembleias de Freguesia, se calhar deste mandato, que resulta da grande confusão – e fui ler a ata da última sessão para comprovar que é, de facto, uma grande confusão – a confusão da informação relativa aos investimentos que estão previstos no contrato de delegação de competências que a Junta assinou com a Câmara Municipal de Lisboa, e do qual resulta um volume de investimento de 1.100.000€.

Mas, focando-nos agora na questão dos Moinhos de Santana, é dito, o Sr. Presidente fez referência a uma requalificação dos moinhos, e que já foram enviados para a Câmara Municipal os projetos de execução da obra dos moinhos. Nós gostaríamos de saber o seguinte – e antes de mais, sublinhar o seguinte: os Moinhos de Santana são o mais importante elemento daquilo que é conhecido, e a terminologia correta é que é o mais importante elemento do património molinológico da cidade de Lisboa, são dos mais importantes moinhos de vento que a cidade de

Lisboa ainda tem. Os moinhos de vento estão inseridos na lista dos imóveis de interesse municipal da Carta do Património do Plano Diretor Municipal de Lisboa. E portanto, são uma peça importantíssima, do ponto de vista patrimonial, da cidade de Lisboa. E nós gostaríamos de saber que tipo de obras é que estão previstas, e qual a funcionalidade a que se dirigem essas obras, qual é o orçamento estimado que a obra tem prevista, em que medida o facto de estes moinhos estarem inseridos na Carta do Património do PDM está a ser considerado, e considerado o interesse patrimonial dos moinhos na obra que está prevista, e em quarto lugar, qual é o procedimento de concurso público que está a ser pensado utilizar para a execução da obra. Este é o ponto específico sobre os Moinhos de Santana.

E tenho de terminar esta minha intervenção fazendo uso de uma carta que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia me dirigiu, na sequência do pedido de informação que eu fiz após a última sessão da Assembleia de Freguesia, em que ele me diz – e que eu agradeço: *“Solicitei ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que a mesma...”* – a informação que está incluída no pedido de informação – *“... pudesse ser conhecida dos membros eleitos. Foi-me respondido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia que a informação será disponibilizada no relatório de avaliação trimestral, na próxima Assembleia de Freguesia, que vou convocar para o próximo dia 29 do presente mês.”*

E portanto, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, gostaria de saber se a Mesa da Assembleia tem disponível o relatório de avaliação trimestral da execução do contrato de delegação de competências que está em vigor, e que está a ser implementado pela Junta de Freguesia, chamando a atenção do seguinte: o funcionamento das Assembleias de Freguesia tem regras, e são regras, umas que estão definidas em Regimento próprio, e outras que estão definidas em Leis da República. E eu gostaria de sublinhar, porque já é o segundo pedido de informação que eu faço sobre esta matéria – e vamos ver se é respondido, espero bem que seja respondido, o primeiro não foi respondido – e a resposta a estes pedidos de informação – que é obrigatória, a resposta tem que ser obrigatória – tem trinta dias para ser feita. E eu friso, entreguei o pedido de informação no dia 10 de julho de 2020. Portanto, não é uma coisa relevante, posso condescender nessa data, mas, de qualquer forma, o folhetim, que esta questão do contrato de delegação de competências já caracteriza o funcionamento desta Assembleia de Freguesia e o relacionamento com a Junta de Freguesia, faz-me fazer sublinhar também esta minudência dos prazos necessários para a resposta a este nosso pedido.

--- Presidente do Executivo ---

Fernando Magarreiro, agradeço a sua intervenção. Nós, de facto, recebemos uma petição dos moradores da Rua Diogo de Silves, contra aquelas árvores que existem, e que tornam a rua suja, é complicado, ??? de que forma é que gostariam que se tomassem algumas medidas de substituição daquelas árvores por outras. A Junta tem, de facto, um contrato de delegação de competências com a Câmara para manutenção – manutenção – do arvoredo, para tratar de árvores e jardins, e essas são algumas delas. Mas, é só a manutenção ??? sempre com o acompanhamento e autorização da Câmara ???. Temos tido também já algumas reclamações, nomeadamente ??? ou não, foram plantadas na devida altura. Neste momento – também não

somos técnicos na matéria, e a Câmara tem ??? praticamente sobre essa temática, fizemos ??? nessa altura também, questionando o porquê a figura da petição, porque uma petição, é geralmente até mais para a Assembleia Municipal, mas o que ficou, achei que era mais adequado, para já, nesta fase, e além de ter analisado ???, encaminhar para a Câmara, para o departamento competente, para o Vereador José Sá Fernandes, que tem essa temática. Para já ???. Para já, foi enviado para eles.

Quanto ao Óscar Rodrigues, do PS, sobre o estacionamento, eu gostava de fazer uma pergunta inicial: está a falar na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia, ou como Diretor de Fiscalização da EMEL? Porque há aqui coisas que se confundem, às vezes até por alguma forma ??? esta temática na Assembleia de Freguesia, e deixar os colegas falar, porque pode haver alguns conflitos de interesse. E eu explico porquê: porque já fui confrontado, há um ano e tal, com uma carta da EMEL – aliás, com uma decisão da EMEL, que ao contrário do que tinha acontecido, tinham dito que tinham consultado a Junta de Freguesia, e que nós tínhamos dado um parecer positivo para avançar com a EMEL aqui na freguesia, e que já havia um círculo com nove eixos – ou sete – para dividir a freguesia em áreas. Nós opusemo-nos, e provámos que não tínhamos sido consultados pela EMEL, e isso ficou abortado pela Câmara. Mas, imaginem só ao que isto já chegou, a própria EMEL simular que tinha consultado a Junta de Freguesia.

Portanto, tem havido uma grande tentativa de nos criar condições adversas ??? para nós sermos vencidos, finalmente, e darmos um voto favorável à EMEL aqui na freguesia. Só nos vinha estragar a vida, porque andarmos de carro dentro da nossa freguesia acabaria por ser para financiar a EMEL, e a EMEL, depois, ???. Eu não estou a questionar a EMEL, a existência da EMEL ??? a EMEL, em alguns sítios, pode ser importante, nomeadamente no centro de Lisboa. Neste momento, em 2020, aqui na nossa freguesia, não é importante; pode ser que daqui a uns anos até possa ser, mas hoje não é, só servia para dar dinheiro à EMEL, para a Câmara, e nós estamos aqui para defender os nossos fregueses. ??? agora, se nos começam a tirar estacionamento, já não há muito estacionamento ??? e ficamos sem estacionamentos, depois lá vinha a EMEL resolver isso. Isso é que eu não posso admitir de nenhuma forma.

Teresa Almeida, do PS, início do ano escolar. Antes de mais, a Dra. Helena Lencastre tinha ido de férias, mas mal entrou de férias, teve um problema de saúde. Portanto, neste momento, quem a substitui sou eu, como Presidente, mas, a Dra. Helena Lencastre tem aqui assessoras preparadas para alguma informação que queiram considerar, para estarem à altura. Mas, eu penso que posso dar essa informação.

Eu nunca tive quaisquer dúvidas quanto ao aspeto da segurança. Sempre, na minha vida, trabalhei com segurança, nomeadamente no Ministério da Administração Interna, e em todas as áreas, tive sempre a segurança ???. Com a segurança não se brinca; ou se dá, ou não se dá. Em matéria de segurança, ??? é mesmo assim, e quando não se fala muito, é porque está a coisa a caminhar bem; quando se começa a falar muita vez de segurança, é porque alguma coisa está a falhar. Agora, nesse aspeto, ???. Obviamente agora ??? lá na escola, e não deixa ??? Mas, isto porquê? Não é a Direção Geral de Saúde, não; aquelas escolas privadas –

o Colégio do Bom Sucesso, o Colégio de S. José, ??? e nas escolas públicas não podem por quê? Porque a Junta paga? Desculpem lá, a Junta paga? Paga, se for necessário; se não, ainda bem que tínhamos agora dinheiro ??? da Covid ???. Agora, finalmente, o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas já percebeu ??? as escolas privadas também podiam fazer isso. Agora, não podemos é andar, de cada vez que alguém abre a boca, a Junta paga. ??? Por quê? Porque sim, porque a Junta paga. Isso é que não. Desculpem lá, eu sei que há uma certa tendência para tudo o que é dinheiro público, ??? e paga-se, e comigo não é assim. Isto é como se fosse do meu bolso – como se isto fosse uma empresa privada, nesse aspeto. Sou muito ciente do dinheiro, e nomeadamente do dinheiro público. Desculpem lá, digam-me alguma coisa, que eu, às vezes, tenho ??? aliás, ??? voto de louvor que fizeram à Junta de Freguesia, por tudo o que nós fizemos no período de confinamento, naquela primeira fase, e nunca parámos de pagar as remunerações, seja de contratos de trabalho, seja de contratos de prestação de serviços, aos nossos colaboradores, para que as famílias deles pudessem ter um bocadinho mais de apoio neste período difícil – se estávamos a fazer à nossa população, queríamos fazer aos nossos colaboradores também, e assim fizemos, e também aos professores, e a várias entidades que trabalharam connosco.

Agora, na escola, temos estado na primeira linha da frente, e não temos falhado em nada. Mas, também vos posso dizer ??? Escola Moinhos do Restelo, a própria Diretora da Escola já me tinha dito que estava perfeitamente exequível a passagem ??? estarmos a pôr uma pessoa só porque sim, quando se pode fazer de outra forma, mais económica, e cumprindo as regras de segurança, por que não? Mas, isso é uma coisa que temos que ver, e vamos ver o que é que se passa.

Josué Caldeira, funcionamento da Assembleia de Freguesia e situação presencial: com esta medida, temos trinta pessoas a assistir. Há bocadinho, estavam cerca de trinta pessoas a assistir. Se nós tivéssemos aberto aqui as portas às pessoas, só podiam estar dez. Portanto, estão três vezes mais a assistir a esta sessão do que se fosse presencial.

Acompanhamento dos CDC's: quando eu prometo uma coisa, é para cumprir. Tenho ali para entregar, quando for o ponto respetivo nesta reunião, quando for a informação escrita do Presidente, vai ser entregue a cada um dos Srs. Membros da Assembleia o ponto de situação de tudo o que já foi feito e o que falta fazer, o ponto de situação dos CDC's, de 1.098.000€ que temos para investir nos vários setores, e o que é que estamos a fazer. Estamos a fazer muito, estamos muito contentes, os objetivos estão praticamente todos concluídos, nomeadamente os Moinhos, que já foram adjudicados, já foi feita a parte concursal adequada, com o montante que estava em causa – está ali, já lhe vou dar essa informação escrita, para conhecimento de todos os membros da Assembleia, quando for a informação escrita.

PONTO 3 – Apreciação e votação da ata da reunião de 23/06/2020

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, tenho que pedir a palavra neste ponto porque há uma incorreção, daquelas incorreções que são relevantes, e eu gostaria de sinalizá-la, na transcrição da ata – o que acontece aos melhores, não há problema nenhum, mas gostaria de a sinalizar. Na pág. 22 da ata, transcreve um comentário que eu fiz, ou uma intervenção que eu fiz – eu lembro-me perfeitamente disto – e o que está aqui transcrito é o seguinte: *“Devo começar com uma saudação à intervenção do CDS, é bem-vinda, porque votou contra o pedido de informação que o PCP fez sobre esta matéria, mas ainda bem...”* Está aqui uma supressão de uma parte importante, o texto que deve estar é o seguinte – isto foi porque a representante do CDS, Judite Fragoso, tinha dito o seguinte: *“Eu gostava de saber, porque não consigo perceber exatamente quais foram estas intervenções...”* – a Judite Fragoso estava a falar das intervenções do contrato de delegação de competências. E o que eu disse terá sido qualquer coisa parecida com isto: *“Devo começar com uma saudação à intervenção do CDS, é bem-vinda. Não consegue perceber o que se passa com o contrato de delegação de competências porque na sessão da Assembleia de Freguesia de junho de 2019, votou contra o pedido de informação que o PCP fez sobre esta matéria.”*

Se quiserem, posso mandar por *e-mail* esta correção, mas o que está dito altera totalmente o sentido daquilo que eu disse, e eu gostava que, sobre este ponto, a coisa ficasse corrigida.

--- Presidente da Mesa ---

Tanto quanto eu sei, as atas são transcritas, ou seja, com esta sua intervenção, esta alteração fica registada.

Colocada a votação, a ata em apreço foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

--

PONTO 4 – Apreciação e votação da 2.^a Alteração ao Mapa de Pessoal

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 – Apreciação e ratificação do relatório de avaliação do projeto socioeducativo do ano letivo 2019/2020

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – Apreciação e ratificação do projeto socioeducativo do ano letivo 2020/2021

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, peço a palavra para fazer apenas um pedido de esclarecimento ao Executivo. O documento vem acompanhado – e bem – com a identificação da designada equipa técnica que desenvolve as atividades socioeducativas. A informação que eu gostaria de obter, visto que parte destas atividades são feitas em articulação com os Agrupamentos de Escolas (creio eu), e também com a própria Câmara – a Câmara está envolvida, isto é um programa tripartido, digamos assim – eu gostaria de saber, relativamente à equipa técnica, e no que diz respeito à relação laboral, a que entidade é que aqueles elementos estão vinculados – isto é, aqueles elementos, contratualmente, são trabalhadores de quem? E a natureza dos vínculos que estão na base dos respetivos contratos.

--- Presidente do Executivo ---

Neste caso concreto, existem essas três entidades: temos a própria Junta de Freguesia, a Câmara Municipal de Lisboa e o Agrupamento de Escolas, o Ministério da Educação. Há vários projetos, nós temos projetos com o Agrupamento de Escolas, que é de apoio à família, temos as CAF's e as AAAF's. Aí é a Câmara, a Junta e o Agrupamento de Escolas, e essas pessoas que são contratadas para esse efeito são colaboradores da Junta de Freguesia de Belém, são contratados por nós. Há uns que são contratados, até podem aderir à ADSE, se quiserem, alguns, com contrato de trabalho, mas depois, quando terminam essas funções, terminam o contrato. Mas, enquanto lá estiverem, têm um vínculo, como se fosse um vínculo à função pública, enquanto estiverem a exercer essas funções. Depois, há outros, em funções mais esporádicas, em prestações de serviços. E depois, há outros que são funcionários da Junta. Sim, há alguns que são contratados e têm essa figura, do contrato de trabalho a termo incerto; depois, terminam os projetos, e cessam funções. Mas, até podem requerer a ADSE, por exemplo, enquanto lá estiverem.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Programa “Escola com Voz”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família 2020/2021

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Queria fazer uma pergunta ao Executivo, que é a seguinte: todos sabemos os efeitos da atual situação que o país atravessa, no que diz respeito aos fenómenos de pobreza e de agravamento das situações de vulnerabilidade. O que eu gostaria de saber era que medidas é que estão previstas, por parte da Junta de Freguesia, no sentido de esta execução deste tipo de programas, e nomeadamente os preços e as taxas que estão previstas serem praticadas,

considerarem estas situações mais graves do ponto de vista social, que certamente a freguesia também vive.

--- Presidente do Executivo ---

Não tenho cá a minha colega Helena Lencastre. A ideia que eu tenho é que isto vai resolver um problema da Câmara, continua-se a pagar, neste momento são coisas irrisórias, mas continuam a pagar, neste caso concreto, ???.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Apreciação e ratificação do protocolo de colaboração do projeto rádio comunitária da Rádio Miúdos

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do acordo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e ratificação do protocolo com a Escola de Ténis do CIF

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Como eu faço parte dos órgãos sociais do CIF, não me vou pronunciar sobre este ponto.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. Não participou da votação o eleito Fernando Magarreiro, por conflito de interesses.

PONTO 12 – Aceitação de donativos

--- Maria Antónia Santos (PSD) ---

Eu vou abster-me de votar, vou sair, porque eu trabalho na empresa em causa.

--- Óscar Rodrigues (PS) ---

Sr. Presidente, só para referir que, para esclarecer a Assembleia e os cidadãos, os fregueses que estão em casa, se calhar só fazer uma referência a que é que são estes donativos, o que é o objeto e qual é a empresa.

--- Presidente do Executivo ---

Tudo o que são doações, tem de vir à Assembleia de Freguesia. Nós recebemos ??? que a nossa companheira Antónia pertence a essa empresa, tiveram a amabilidade de apoiar a Junta de Freguesia, a freguesia, as crianças da freguesia que estavam com dificuldades em ter um computador, para terem um computador. A verba que foi oferecida serviu para disponibilizar dezassete computadores a crianças da nossa freguesia. Portanto, emprestámos os computadores, os computadores são da Junta de Freguesia, mas ??? para esse efeito ???.

Depois, temos uma outra aceitação de doação ???, também de pessoas aqui da freguesia, ??? que ofereceram também uma série de material de proteção, nomeadamente máscaras, mil máscaras EPI, fabricadas por eles mesmos. Também são pessoas que trabalham aqui, e outras que são cá residentes, as administradoras desta empresa, e por isso mesmo tivemos possibilidades de apoiar o REFOOD, por exemplo, e pessoas mais desfavorecidas, os idosos, na altura em que íamos através ??? distribuir alimentação ou remédios, também dávamos, para casos de pessoas mais necessitadas, que estavam com mais dificuldade, algumas máscaras, que são laváveis, e que são úteis, e isso é muito importante também para esse efeito.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Nós temos apenas uma dúvida, que não vai alterar, nem a área de interesse, nem a solução, ou possível resposta, mas pode ser do cansaço, pode ser da hora, pode ser de tudo isto, mas temos a convicção de que isto já foi votado na anterior Assembleia de Freguesia, de junho. Obviamente, não faz mal nenhum voltarmos a votar outra vez, mas tenho a perfeita convicção de que já tínhamos votado isto.

--- Presidente do Executivo ---

??? confirmar. Nós iremos verificar se isso é verdade, ou não. Se for verdade, fica exarado em ata que estes pontos foram aprovado, e que já estavam aprovados na anterior Assembleia, e fica sem efeito esta deliberação.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, só para dizer uma coisa: nesta informação escrita, ??? de entregar a cada um dos elementos da Assembleia de Freguesia o ponto de situação atualizadíssimo, com tudo aquilo que temos estado a fazer no âmbito da delegação de competências aprovada nesta Assembleia. Obviamente que quando houver relatório trimestral enviado para a Câmara, os

senhores serão os primeiros a receber o relatório trimestral. Isto aqui é o ponto de situação do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém, em que nós estamos a dar em primeira mão conhecimento aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia do ponto de situação.

E estou aqui à disposição para o que precisarem, para esclarecimentos, quer sobre a informação escrita, quer sobre este apanhado, de que tínhamos ficado hoje de falar. Estamos à vossa disposição.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só para sublinhar o seguinte: o PCP fez o primeiro pedido de informação sobre esta matéria em 26 de junho de 2019. Houve um comportamento um bocado estranho por parte do Executivo, mas ficamos muito satisfeitos – como costumamos dizer na rua, vale sempre a pena lutar, e aqui também vale sempre a pena insistir no pedido de informação, e fazer valer o respeito institucional que a Junta deve à Assembleia de Freguesia, porque o que aqui está não é outra coisa, é o respeito institucional, e garantir o normal funcionamento das instituições. E eu creio que se esta informação que o Presidente hoje nos disponibiliza cumpre o pedido que fizemos há um ano atrás, eu fico particularmente satisfeito por esta iniciativa da Junta de Freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

Só para dizer que mais ninguém do que a Junta de Freguesia prima pela legalidade, ainda por cima porque o Presidente é um jurista, e por isso mesmo a Lei, ninguém está fora dela, ninguém está acima da Lei. E por isso mesmo, não é por o PCP pedir, ou não; o membro do PCP é um dos treze membros da Assembleia de Freguesia, que nós respeitamos muito, o nosso órgão fiscalizador, a instituição democrática funciona normalmente nesta freguesia, graças a Deus, ninguém está acima da Lei, somos todos escrutinados, vocês também são, pelo povo, como nós também somos por V. Exas.

E por isso mesmo, já estava – aliás, isto faz parte. Agora, se realmente, na altura própria, ??? o representante do PCP falou que ??? não podíamos dar essa informação ??? matéria. Agora já temos, e já podemos disponibilizar ??? porque, realmente, ??? vamos continuar a cumprir até ao final do nosso mandato estes investimentos, que tão importantes são para o futuro da nossa freguesia.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2020 pela 1.ª Secretária e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a

finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas.

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1ª Secretária

.....
2º Secretário